

39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT 27: Partidos e Sistemas Partidários

Carreira e motivações parlamentares: deputados federais e a alternância entre cargos no poder executivo e legislativo.

Iana Alves de Lima (UnB)

26 a 30 de outubro de 2015
Caxambu – MG

Carreira e motivações parlamentares: deputados federais e a alternância entre cargos no poder executivo e legislativo.

IANA ALVES DE LIMA
UNB

Resumo:

O presente trabalho busca analisar carreiras parlamentares de deputados federais no Brasil com relação à ocupação de cargos no Legislativo e Executivo, investigando o fenômeno da alternância de cargos entre as duas esferas. Procura-se identificar se a ocupação de cargos se associa a carreiras legislativas curtas ou se, alternativamente, há compatibilidade entre a ambição executiva e a busca pela reeleição. Com esse objetivo, foi feita uma análise dos eleitos em 1998 nas legislaturas anterior e posterior a 51ª Legislatura, explorando a trajetória daqueles que optaram por renunciar aos seus cargos de Deputados Federais para ocupar cargos de alto escalão no Executivo (municipal, estadual ou federal). O argumento desenvolvido é que há atratividade em cargos do Legislativo e que a ambição extra-legislativa ou dinâmica pode estar relacionada ao aumento da oferta de cargos, que não estavam disponíveis aos parlamentares em períodos históricos anteriores. Além disso, observa-se que as duas carreiras não são excludentes e a ocupação de cargos no Executivo não necessariamente converte-se em um resultado eleitoral positivo ao analisarmos as taxas de reeleição.

Palavras-chave: alternância de cargos, ambição extra-legislativa, carreiras parlamentares

1. Introdução

Na análise de carreiras parlamentares, a maior parte da produção literária vem de estudos norte-americanos, nos quais impera a premissa de que a principal motivação dos parlamentares é sua própria reeleição. No entanto, em estudos mais específicos sobre o caso brasileiro e mesmo sobre outros países da América Latina, percebem-se outras variáveis nas escolhas dos políticos sobre os rumos de suas carreiras, sem desconsiderar, claro, a importância do impacto da reeleição na tomada de decisão.

Por meio de revisão bibliográfica e análise de dados objetiva-se entender se há explicações suficientes ou satisfatórias para a rotatividade da ocupação de cargos no legislativo brasileiro em alternância com cargos no Executivo e quais as implicações desse fenômeno.

Com o trabalho em questão, busca-se identificar questões ainda não trabalhadas sobre a alternância de ocupação dos cargos entre o legislativo e executivo e identificar algumas características em comum das trajetórias em análise. Objetiva-se analisar se existe de fato uma motivação “extra-legislativa” que caracterizaria mandatos curtos no legislativo e que cargos no Executivo agregam sim capital político aos candidatos, impactando positivamente na reeleição e fortalecendo os partidos pela profissionalização dos parlamentares.

2. Revisão

Apesar de os principais estudos serem acerca do caso norte-americano, é possível aplicar muito do que foi produzido ao caso brasileiro. É possível identificar também alguns macrotemas que concentram os estudos sobre carreiras, como as ambições e motivações, os arranjos institucionais que impactam as trajetórias, o impacto do empenho parlamentar dentro das casas e o capital político advindo das esferas do Executivo, bem como alguns padrões de carreira identificados em estudos exploratórios e descritivos.

Com relação a ambição destaca-se Schlesinger, em seu livro *Ambition and Politics* (1966), no qual apresenta os conceitos de ambição discreta, ambição estática e ambição progressiva na explicação sobre o comportamento dos políticos nas disputas eleitorais. Ambição discreta seria a intenção do candidato de permanecer no cargo durante um mandato apenas. Já a ambição

estática seria o desejo de permanecer no mesmo cargo, pleiteando a reeleição, enquanto a ambição progressiva seria a intenção de pleitear cargos mais altos no sistema político.

Complementando o cenário conceitual, Pereira, Leoni e Rennó (2003), apresentam a ideia de ambição regressiva, na qual o parlamentar busca pleitear cargos mais baixos do que já ocupa. A explicação para isso envolve uma série de ponderações considerando a teoria da escolha racional, na qual os parlamentares ponderariam os riscos e recursos disponíveis para pleitos de ambição progressiva e optariam por empreender esforços de maneira mais lógica e segura em uma eleição com mais possibilidade de sucesso.

Santana (2008), por sua vez, introduz o conceito de ambição dinâmica, que reflete o comportamento de parlamentares sem objetivos de carreira claramente definidos e que alternam a ocupação de cargos nas arenas do legislativo e executivo. Essa quarta categorização surge, segundo a autora, para abarcar os casos nos quais o único objetivo certo do parlamentar é continuar na vida pública, ou mesmo nos casos em que não há muita disponibilidade de cargos em disputa.

Temos também a definição de Bourdoukan (2006) do conceito de “ambição executiva”, a ideia a ser mais explorada nesse trabalho. Esse tipo de ambição expressa justamente o maior interesse dos parlamentares por cargos dos três níveis do Executivo em detrimento do Legislativo. Isso basicamente pela maior possibilidade de obtenção de recursos pública, a dizer “benefícios privados – basicamente cargos e demais recursos de patronagem – ou benefícios coletivos – basicamente a produção de políticas públicas” (BOURDOUKAN, 2006).

Pereira, Leoni e Rennó (2003), argumentam que apesar da natureza de ambição política em pleitear cargos mais altos, nem sempre essa é a decisão estratégica mais adequada em termos da permanência na vida política, porque é importante considerar o cenário político do momento e os recursos disponíveis para tal. Então nem sempre a ambição progressiva imperará nas escolhas de carreira. Isso conduz algumas explicações quanto a escolha por cargos menores no Executivo local, por exemplo, como identifica Samuels. Samuels (2003) aponta para a preferência dos políticos brasileiros em ocuparem cargos no Executivo. Ele chama esse fenômeno de “ambição extra-legislativa”, que ocorre

apesar dos incentivos naturais à reeleição na Câmara, pelo fato de os deputados já serem “candidatos natos”, ou seja, com a prerrogativa de pleitear novamente o cargo. Para Samuels, candidatos com mais recursos ou força política arriscariam o pleito de cargos no Executivo, o que para o autor corresponderia à ambição progressiva no caso brasileiro. Sendo assim, permaneceriam a disputar espaço na câmara baixa parlamentares mais fracos politicamente.

Como consequência teríamos um corpo legislativo mais fraco e com poder de decisório e de agenda concentrado nas mãos de alguns líderes. Isso, segundo Samuels, é o que valoriza cargos no Executivo em detrimento do Legislativo, uma vez que no primeiro há mais poder concentrado nas mãos do indivíduo que ocupa o cargo. Pegurier (2012), por sua vez, acredita que a valorização de postos no Executivo (principalmente local) é um reflexo da intensa urbanização sofrida no Brasil no início do século XX.

Com relação a isso, Santana (2008) apresenta dados dos candidatos à reeleição de 1990 a 2004 na Câmara dos Deputados, revelando que no Brasil a média de deputados que buscam a reeleição é de 72% e que a autora considera uma taxa alta, concluindo que o argumento de Samuels pode não ser o mais apropriado para o caso brasileiro. A conclusão de Santana sobre a premissa de Samuels também é observada em Pegurier (2012) em sua revisão sobre trajetórias na Câmara dos Deputados do Brasil. O fato da não-reeleição pode estar ligado à alta competitividade que o próprio Samuels apresenta.

No entanto, é importante destacar que, considerando as estratégias de cálculo racional dos custos eleitorais, nem sempre as preferências dos parlamentares estarão refletidas nos indicadores de ambição progressiva. Ou seja, após considerar os riscos e recursos disponíveis para o pleito, nem sempre a escolha sobre qual cargo disputar refletirá as preferências genuínas do político, uma vez que há tanto variáveis contextuais quanto institucionais podendo impactar no resultado esperado.

Para além dos momentos eleitorais é relevante explorar, e acredito que aqui esteja uma das questões centrais do trabalho, o abandono dos mandatos na Câmara dos Deputados para ocupar cargos no Executivo. Com essas informações é possível compreender com mais clareza o cenário em que os

parlamentares empreendem em termos de carreira e suas motivações com relação aos cargos eletivos.

Com relação ao perfil dos parlamentares que escolhem o Executivo em detrimento do Legislativo, observando que há vasto conteúdo de levantamento de dados de perfil, considerando recrutamento, ocupação, histórico de profissionalização, reeleição, entre outros, mas não há uma análise contínua específica dos parlamentares que empreendem essa trajetória. Samuels apresenta informações quantitativas mais superficiais que facilitam a visualização do cenário político nesse sentido e Marengo e Serna (2007) trazem uma perspectiva sobre o início da carreira política em postos do Executivo, mas não temos trabalhos detalhados sobre os padrões de trajetória desses deputados. No entanto, é importante considerar que não é simples estabelecer padrões gerais considerando apenas as preferências e ambições dos deputados, uma vez que há diferenças ideológicas, como apresenta Marengo e Serna, que podem ser significativas nas carreiras parlamentares.

Apesar de não haverem conclusões definitivas sobre ambições progressivas e real preferência por cargos do Executivo, é possível dizer que assumir postos no Executivo municipal, estadual ou federal agregam capital político aos parlamentares. Em casos em que o candidato não possui recursos para financiamento de campanha, redes de contatos articuladas ou mesmo reputação pessoal sólida, a ocupação de um cargo no executivo poderia agregar recursos políticos nesse sentido, gerando apoio e trazendo votos em uma eleição futura. Nesse sentido, os padrões de recrutamento impactam bastante nas decisões dos parlamentares, uma vez que a dependência do partido pelo parlamentar impacta nas possibilidades de suas escolhas. Em recrutamentos endógenos, a dependência e lealdade partidária é maior, o que dá menos autonomia, ou liberdade reduzida na escolha de oportunidades distintas, para o parlamentar direcionar sua carreira.

É preciso ter cautela, no entanto, com relação a conclusões categóricas sobre padrões de trajetória considerando o recrutamento e fidelidade partidária, porque como bem destaca Marengo (2001), "Partidos apresentam uma configuração híbrida quanto a trajetórias e vínculos de lealdade de seus membros". No caso brasileiro principalmente, onde há um leque de variáveis

históricas, sociais e institucionais que impactam as decisões de carreira dos parlamentares.

Além dos fatores externos ao indivíduo, sejam eles partido, cenário institucional, recursos, cabe buscar a compreensão das decisões de carreira pensando em escolhas racionais que o deputado faz ponderando todo o cenário político envolvido e recursos políticos aos quais tem acesso. Pereira, Leoni e Rennó (2003) trazem essa perspectiva de escolha racional, que se configura como explicação bastante consistente. Bourdoukan (2006) também agrega nesse sentido quando profere ao parlamentar a possibilidade de análise sobre os recursos públicos ao seu dispor, podendo ser menor ou maior dependendo da participação ou não da coalizão de governo. Nesse caso, de qualquer forma entram questões de preferências, uma vez que cabe ao parlamentar o cálculo de utilidade e análise de satisfação com relação aos recursos políticos disponíveis.

Complementarmente a essas últimas abordagens, temos o trabalho de Santos (2010), que contextualiza a alternância de cargos entre Executivo e Legislativo no momento de amadurecimento democrático que temos hoje. E é nesse sentido que caminha a conclusão deste trabalho.

O autor destaca que para compreender o padrão de trajetória dos parlamentares brasileiros é importante situar algumas variáveis históricas que tiveram impacto nos resultados eleitorais e, conseqüentemente, nas carreiras políticas que temos hoje. Uma dessas variáveis é a disponibilidade de cargos com a transição democrática. Com as eleições diretas para cargos do Executivo municipal e estadual, há um aumento de oferta de cargos políticos, o que impacta o cálculo racional para escolha de oportunidades. Além disso, a entrada de novos partidos na arena política, desembocando hoje em um multipartidarismo exacerbado, traz um cenário mais instável e competitivo, contexto ainda de adaptação para os candidatos que almejam a permanência na vida pública.

3. Metodologia

O levantamento de dados sobre a carreira dos parlamentares engloba o universo dos 513 deputados eleitos nos pleitos de 1998, considerando dados

biográficos e números das eleições. Considerando esse mesmo universo, foram levantados também dados sobre esses mesmos parlamentares para os períodos de 1995 a 1998 e 2003 a 2006 no que tange a ocupação de cargos no Executivo federal, estadual ou local. Como fontes para os levantamentos foram utilizados os sites da Câmara dos Deputados, Tribunal Superior Eleitoral, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV), portais oficiais dos parlamentares e órgãos pertinentes à pesquisa. Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas.

Serão consideradas variáveis concernentes ao início de carreira política dos candidatos, trajetória dentro na casa legislativa, abandono de mandato, cargos ocupados no poder Executivo em seus três níveis de Federação, entre outros. Serão realizados cruzamentos para identificar o impacto da ocupação de cargos na reeleição dos candidatos e destacar pontos comuns de trajetória, considerando partido político e recrutamento. As variáveis e a explicação de como foi feita a codificação estão detalhadas no Anexo.

4. Análise da 51ª Legislatura

Para a análise da legislatura do período de 1999 a 2003, foram levantadas variáveis de categoria ocupacional, escolaridade, filiação partidária e situação do partido em relação ao Executivo estadual e federal, cargos de ingresso na carreira política e eletiva, além de informações de ocupação de cargos no Executivo. Todas as análises tem por base os eleitos em 1998 e suas trajetórias durante outras legislaturas. Portanto, as informações referentes a 50ª e 52ª legislaturas não referem-se aos eleitos nesses respectivos pleitos, mas à situação dos eleitos em 1998 nesses outros períodos.

Inicialmente, serão apresentados dados relativos ao perfil dos parlamentares, contemplando experiência política prévia e frequências de cargos de ingresso na carreira política e eletiva, buscando identificar principalmente a ocupação de cargos no Executivo.

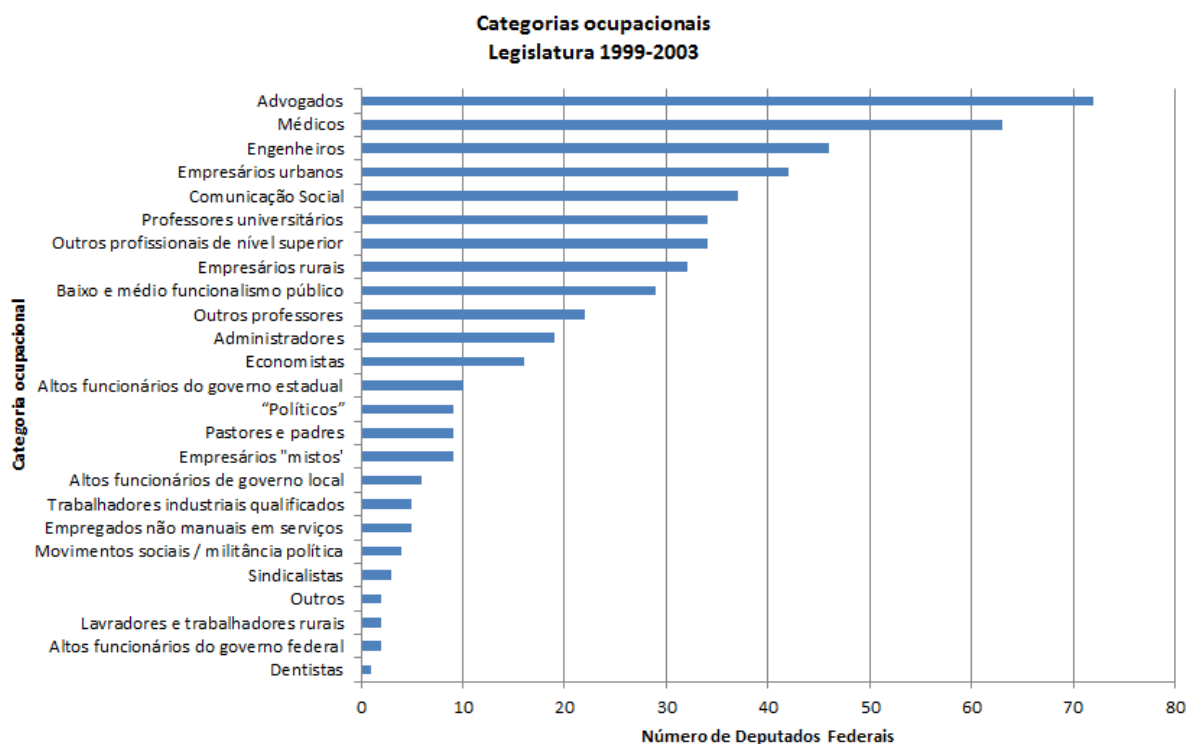
Depois disso serão analisados dados referentes a licenças parlamentares para ocupação de cargos no Executivo, com diferenciação entre os três níveis federativos, permitindo vislumbrar perspectivas de ambição parlamentar. Por

fim, serão apresentadas variáveis relevantes de situação do parlamentar com relação ao executivo estadual e federal, que tem impacto na reeleição dos candidatos além do capital político agregado com a ocupação de cargos.

Com relação a categoria ocupacional, é importante ressaltar que essa variável não contempla unicamente a formação técnica ou acadêmica do parlamentar, mas sim a área em que atuou profissionalmente e a carreira que galgou até a legislatura em questão, para que se tenha um entendimento mais completo e fidedigno das atividades que determinaram o início da vida política de cada um.

Ao analisar os dados referentes a legislatura 1999-2003, observa-se que uma pequena quantidade de parlamentares atuava profissionalmente no Executivo ou em cargos públicos. Apenas 4% dos deputados federais da legislatura trabalhavam anteriormente no alto escalão federal, estadual ou municipal e 5,7% no baixo e médio funcionalismo público, conforme exposto no gráfico abaixo. Observa-se também que apenas 1,8% são categorizados como “Políticos”, ou seja, que desde o início da carreira profissional estiveram envolvidos em atividades partidárias e ocuparam cargos eletivos, sem exercer outro tipo de atividade ocupacional.

Gráfico 1 - Categorias ocupacionais dos Deputados Federais eleitos em 1998.

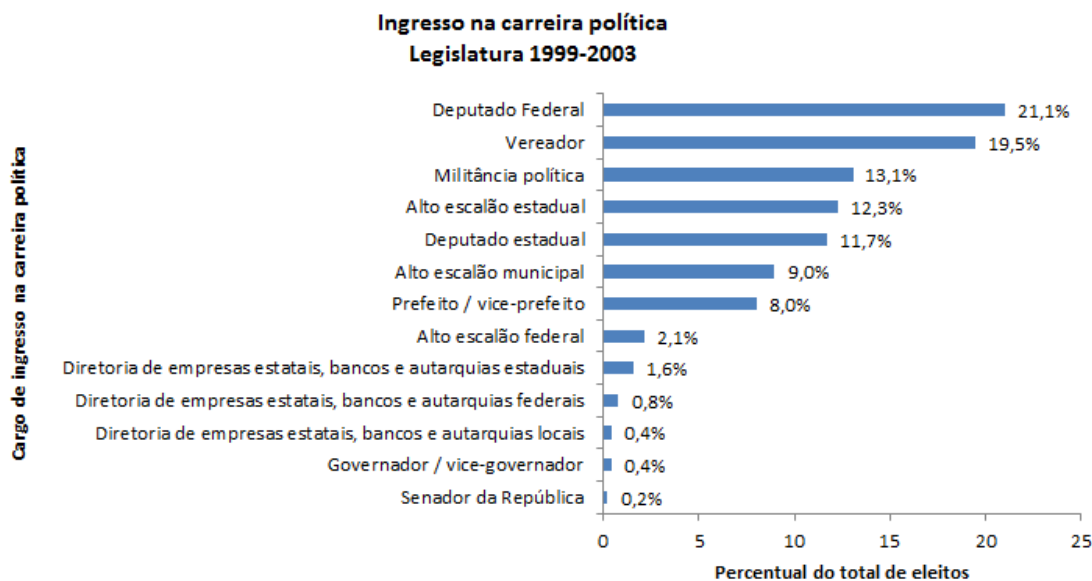


Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

Analisando apenas os dados de categoria ocupacional poderia-se dizer que predomina uma ambição progressiva na legislatura, tomando como cargo ambicionado o de Deputado Federal em um primeiro momento da carreira. Essa análise isoladamente, no entanto, não contempla a análise de ambição dinâmica ou indica que há uma baixa profissionalização dos parlamentares, ou mesmo que o menor contato com a administração pública impactaria no desempenho dos mandatos.

Uma análise dos cargos de ingresso na carreira política e eletiva complementam a análise de perfil dos parlamentares da legislatura. O ingresso na carreira política abarca uma realidade mais ampla de cargos, além dos cargos eletivos contempla militância política e administração pública como variáveis que agregam capital político para a trajetória parlamentar.

Gráfico 2 - Cargos de ingresso na carreira política



Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

Observa-se que a maioria dos parlamentares iniciou a carreira política por cargos eletivos no legislativo, mas a ocupação de cargos no alto escalão estadual tem um número expressivo de casos, sendo a quarta trajetória de início de carreira mais recorrente.

Dos que iniciaram a carreira como Deputados Federais, a maioria é de categoria ocupacional de postos jurídicos, seguidos de profissionais de comunicação social (jornalistas, comunicadores de rádio/TV, publicitários, entre outros) e empresários urbanos. Nesses casos já observa-se que são profissionais que provavelmente tem mais recursos para empreender em uma campanha para um cargo legislativo federal, ao invés de cargos locais. Uma das possíveis conclusões seria que o cargo de Deputado Federal ainda é mais atrativo que os outros para quem tem recursos para iniciar uma campanha, ou seja, tem certa independência do partido. O cálculo racional de custos e benefícios leva a crer que o cargo de Deputado Federal tem ganhos que superam os cargos eletivos locais e estaduais, seja no Executivo ou Legislativo.

A tabela abaixo apresenta dados referentes ao início da carreira política em cargos do Executivo. Observa-se que nesses casos a trajetória mais comum são os cargos estaduais ou municipais da alta administração pública como cargo de gatilho para cargos eletivos.

Tabela 1 - Ingresso na carreira política por cargos no Executivo

Cargo	Total	%
Alto escalão federal	11	2,1%
Alto escalão estadual	63	12,3%
Alto escalão municipal	46	9,0%
Empresas estatais, bancos e autarquias federais	4	0,8%
Empresas estatais, bancos e autarquias estaduais	8	1,6%
Empresas estatais, bancos e autarquias locais	2	0,4%
TOTAL	134	26,1%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

Com relação aos casos de início de carreira política em cargos no alto escalão do Executivo é possível fazer uma análise mais detalhada com relação a construção dessas trajetórias. A Tabela 2 mostra que apenas 35% dos parlamentares que ingressaram na carreira política por essas vias faziam parte da administração pública anteriormente, conforme análise de categorias ocupacionais.

Isso mostra que a maioria não era funcionário de carreira da administração pública, o que já reforça a ideia de que os cargos de alto escalão no executivo agregam capital político para a disputa de cargos eletivos, no legislativo ou executivo, mas que não confirma a preferência pela esfera executiva. Analisando as informações de início na carreira política por cargos do Executivo de parlamentares que não trabalhavam no funcionalismo público anteriormente, tem-se que o número médio de mandatos é de 3 legislaturas. Uma análise possível é então que esses cargos podem funcionar de fato apenas como propulsores para cargos de ambição progressiva, tomando o posto no

legislativo federal como prioridade em detrimento de outros cargos eletivos locais.

Tabela 2 - Deputados Federais que ingressaram na carreira política pela Administração Pública classificados com categoria ocupacional dos mesmos cargos.

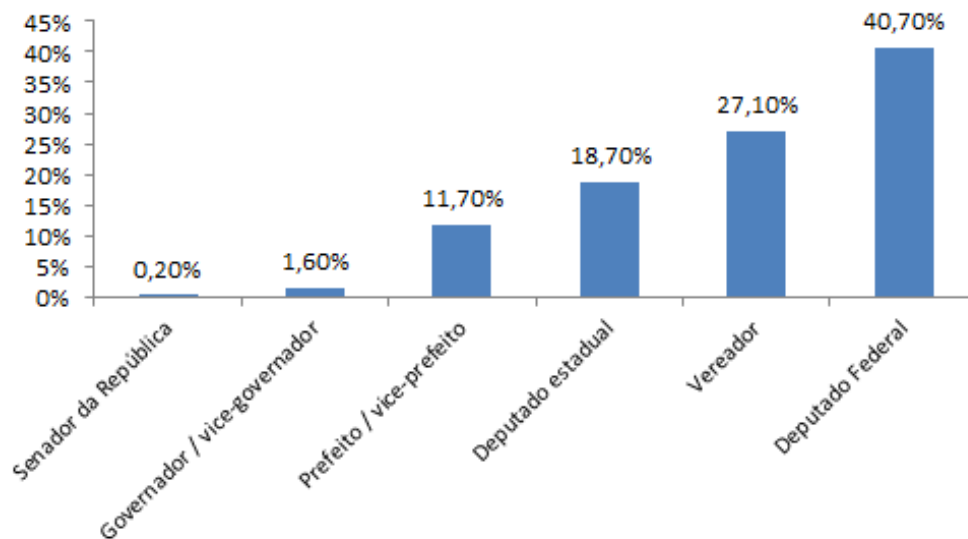
Cargo	Qtd. Deputados Federais	Percentual
Altos funcionários do governo federal	2	1%
Altos funcionários do governo estadual	10	7%
Altos funcionários de governo local	6	4%
Baixo e médio funcionalismo público	29	22%
TOTAL	47	35%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

O ingresso na carreira eletiva, como era de se esperar tomando por base os dados de ingresso na carreira política, conta com maior número de cargos de Deputado Federal. Segue-se o cargo de Vereador e depois o de Deputado Estadual. Aqui não é possível afirmar uma simples preferência por cargos legislativos, porque há outras variáveis relevantes envolvidas, como custos e grau de competitividade de eleições nos cargos Governador, Prefeito ou Senador.

Gráfico 3 - Cargo de ingresso na carreira eletiva

Ingresso na carreira eletiva Legislatura 1999-2002



Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV).

A observação da distribuição partidária na legislatura é uma característica importante na análise de perfis parlamentares. Principalmente quando estuda-se sobre a alternância de cargos entre legislativo e executivo, uma vez que a situação partidária é determinante nas oportunidades extra-legislativas que serão ofertadas.

Considerando assim que a situação do candidato com relação ao executivo estadual e federal são variáveis relevantes para a reeleição, faz-se necessária uma análise com relação a essas variáveis. A tabela abaixo mostra a situação dos eleitos com relação ao governo estadual. A tabela indica o posicionamento do partido do deputado em relação ao executivo estadual, ou seja, ao partido do Governador de seu estado no pleito de 1998 (mais detalhes do levantamento e das variáveis podem ser consultados no Apêndice). Aqui as variáveis são se o parlamentar era do mesmo partido do governador; se era do partido de oposição, ou seja, o segundo mais votado nas eleições estaduais; se fazia parte da coligação do partido do Executivo estadual ou se era da coalizão de oposição (2ª mais votada). Nota-se que há uma vantagem competitiva para

candidatos da situação, uma vez que 40,7% dos eleitos eram do partido do governador ou da coalizão do mesmo.

Tabela 3 - Situação dos candidatos eleitos (1998) com relação ao Executivo estadual.

Situação	Nº Deputados	% Deputados
Partido do governador	137	26,7%
Partido de oposição	24	4,7%
Partido aliado	72	14,0%
Coalizão de oposição	120	23,4%
Outros /sem informação	160	31,2%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral.

Com relação a ocupação contínua de cargos no legislativo, é possível analisar a quantidade de mandatos dos parlamentares na Câmara dos Deputados. A tabela abaixo traz informações de mandatos consecutivos ocupados pelos deputados federais. Isso é relevante com relação ao capital político adquirido na atividade legislativa. É possível perceber que a taxa de renovação foi baixa nas eleições de 1998 e que a ocupação consecutiva de cargos, ou seja, a experiência dentro da casa legislativa pode ser considerada uma variável relevante na reeleição dos parlamentares.

Tabela 4 - Número de mandatos consecutivos ocupados na Câmara dos Deputados

Nº mandatos	Nº deputados	% deputados
	federais	federais
1	114	22%
2 ou 3	226	44%
mais de 4	173	34%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Observa-se que majoritariamente existe sim o interesse pela reeleição e que a maioria dos parlamentares constrói a carreira política dentro da Câmara dos Deputados. Independentemente das licenças para ocupação de cargos, o legislativo federal é de fato um caminho prioritário de interesse. Isso já foi observado também em outros estudos de reapresentação e reeleição (SANTOS, 2010).

Nota-se que 78% dos deputados federais adequam-se ao conceito de “políticos profissionais” de Costa e Codato, ao considerarmos um número de mandatos maior do que 1. O percentual expressivo é indicativo de tendência de maior interesse pelo legislativo, uma vez que empreende-se esforços e recursos na reeleição apesar dos custos inerentes e que esse número significativo pode refletir um corpo parlamentar mais especializado e com maior conexão eleitoral, se considerarmos o argumento de Pegurier (2012) de que a conexão eleitoral vai sendo construída ao longo do mandato com as estratégias parlamentares de atuação e não durante campanha. Nesse sentido, até agora é possível enxergar um corpo legislativo que vai aos poucos amadurecendo na construção de carreiras, como sugere Santos ao abordar o amadurecimento das carreiras políticas acompanhando o também amadurecimento da democracia brasileira (SANTOS, 2010).

O número de mandatos, porém, não é suficiente para afirmar a preferência pela esfera legislativa em detrimento de cargos no Executivo, porque apesar dos custos de reeleição, não há impedimentos legais ou custos e prejuízos claros na licença dos mandatos para ocupação de outros cargos. Então apesar de haver um indicativo de atratividade do cargo de Deputado Federal, é importante analisar as informações referentes a licenças para ocupação de cargos, bem como o perfil dos parlamentares que o fazem. A tabela abaixo aponta a quantidade de licenças da legislatura analisada para ocupação de cargos nos três níveis do poder executivo.

Tabela 5 - Licenças de mandato para ocupação de cargos no Executivo na 51ª Legislatura (1999-2002)

Esfera dos cargos	Total	%
Executivo federal	13	2,7%
Executivo estadual	54	11,5%
Executivo local	20	5,3%
TOTAL	87	17,0%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Observa-se um número não muito alto de parlamentares, porém significativo, com destaque para ocupação de cargos no Executivo estadual. Desses parlamentares, alguns tem recorrência na ocupação de cargos de alto escalão no Executivo. Conforme tabela abaixo, observa-se que dos eleitos em 1998, 21% já havia ocupado cargo na legislatura anterior e 20% ocuparam cargos na legislatura posterior. Apesar da reincidência de ocupação de cargo, a intenção de reeleição permanece alta. Tem-se uma taxa de 80,2% de reapresentação em 1998 e 75% em 2002. (SANTOS, 2010). Esses índices, apesar da recorrência na ocupação dos cargos indicam uma tendência de valorização das carreiras legislativas federais, como apontam estudos supracitados. Aqui é interessante observar que as carreiras no legislativo e executivo correram paralelamente sem prejuízos ao parlamentar e indicando ainda o interesse de permanência no legislativo mesmo após a ocupação de cargos.

Tabela 6 - Ocupação de cargos de alto escalão municipal, estadual ou federal pelos Deputados de 1999-2002 nas legislaturas anterior e posterior.

	Ocupou cargo alto escalão 1999-2002	%
Ocupou cargo alto escalão 1995-1998	19	21%
Ocupou cargo alto escalão 2003-2006	18	20%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Ao fazer-se uma análise mais estratificada de quem são os parlamentares que renunciaram ao mandato para ocupação de cargo no executivo, observamos que a maioria é do partido do Presidente da República eleito ou de partidos aliados, o que explica em parte o nível de ocupação de cargos, uma vez que há uma ampliação do campo de oportunidades políticas para tais parlamentares. Oportunidades essas que não existiam anteriormente, como já observado, devido ao período político pelo qual o país passava (SANTOS, 2010).

Tabela 7 - Filiação partidária atual dos Deputados federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002

Partido	Deputados licenciados
PSDB	17
PT	15
PFL / DEM	14
PMDB	10
PPB / PP	9
PL / PR	5
PTB	5
PSB	4
PDT	2
PC do B	2
PPS	2
PV	1
Outros	5

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

É interessante ressaltar aqui a diferença de trajetórias entre partidos de esquerda e direita, que é significativa para esse caso, uma vez que não há apenas a variável de situação em relação ao Executivo, mas também de variação no espectro ideológico partidário. É possível perceber que os partidos de situação nesse período localizam-se mais ao centro e direita, conforme distribuição de Marengo e Serna (2007). O impacto disso é a caracterização por

parlamentares de carreira menos endógena e de carreiras mais descontínuas, conforme observam os autores (MARENCO E SERNA, 2007).

Ainda com relação ao perfil dos parlamentares que renunciaram ao mandato para ocupação de cargos, é possível analisar o ingresso na carreira política desses casos. Observa-se que a maioria já iniciou a carreira política em cargos eletivos, o que indica que tais parlamentares já trazem recursos e capital político adquirido de maneira não endógena (partidos políticos) , o que caracterizaria de certa forma uma elite parlamentar no que tange as variáveis de recursos necessários ao empreendimento de uma carreira política.

Tabela 8 - Cargo de ingresso na carreira política dos Deputados Federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002

Cargo	Nº Deputados Federais	%
Vereador	17	18,7%
Deputado estadual	15	16,5%
Alto escalão estadual	14	15,4%
Deputado Federal	13	14,3%
Alto escalão municipal	10	11,0%
Militância política	10	11,0%
Prefeito / vice-prefeito	5	5,5%
Alto escalão federal	3	3,3%
Governador / vice-governador	1	1,1%
Diretoria de empresas estatais, bancos e autarquias federais	1	1,1%
Diretoria de empresas estatais, bancos e autarquias estaduais	1	1,1%
Diretoria de empresas estatais, bancos e autarquias locais	1	1,1%
Senador da República	0	0,0%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

Outra característica relevante dos Deputados Federais que renunciaram ao mandato para ocupação de cargos no executivo é o número de filiações partidárias que esses parlamentares apresentam. Tem-se que 86% dos parlamentares que renunciaram passaram por dois ou mais partidos políticos, sendo que a maioria teve mais de três filiações. Uma das análises possíveis é que os parlamentares que buscam a ocupação de cargos de alto escalão empreendem carreiras de forma mais independente, buscando as melhores oportunidades partidárias no que se refere a oferta de cargos. Isso porque “carreiras são impulsionadas pela disponibilidade de recursos, como reputação pessoal, fontes de financiamento, experiência política, redes organizativas, que permitem a seu portador convertê-los em suporte material, apoios e votos” (MARENCO E SERNA, 2007).

Tabela 9 - Número de filiações partidárias dos Deputados federais que ocuparam cargo no alto escalão fed., est. ou mun. no período 1999-2002

Nº filiações partidárias	Deputados licenciados	%
Uma	25	27,5%
Duas	16	17,6%
Três	17	18,7%
Mais de três	33	36,3%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados.

A quantidade de licenças da 51ª legislatura não representa a maioria dos parlamentares, mas ainda assim é um número significativo, uma vez que se tem 17% dos parlamentares abandonando seus mandatos por postos do Executivo em detrimento do Legislativo. As informações de ocupação dos cargos não destoam dos resultados e análises que já tem sido feitas com relação a oferta de cargos e ampliação das oportunidades, bem como a situação partidária com relação ao Executivo federal e estadual.

A Tabela 10 abaixo apresenta a situação dos candidatos eleitos em 1998 na legislatura seguinte. É possível observar que uma grande parte tentou a reeleição e 42% obtiveram êxito. Desses deputados que demonstraram interesse pela reeleição e foram bem sucedidos, apenas 4% pediu licença para ocupação de cargos no Executivo, seja municipal, estadual ou federal. O último dado da tabela considera todos os deputados federais da legislatura de 1998-2002, eleitos ou não. Observa-se que a diferença entre os eleitos e não-eleitos que ocuparam cargos é de apenas 4%. Concluímos com isso que dos que não foram reeleitos, apenas 24% migrou para o Poder Executivo. Dos que foram reeleitos, 11% licenciaram-se para ocupar cargos.

Tabela 10 - Situação dos Deputados Federais eleitos em 1998 na legislatura de 2003-2006.

Período	2003-2006
Candidatos a reeleição	285
Eleitos	216
Licenças para ocupação de cargos no Executivo	23
Ocuparam cargos no Executivo	40

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 11 - Taxa de reeleição dos deputados que ocuparam cargos e que não ocuparam cargos

Ocupação de cargos	Reeleitos em 2002	%
Não ocuparam cargos de 1995-2002	165	74%
Ocuparam cargos de 1995-2002	41	66%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral.

Os dados da Tabela 10 apresentam a trajetória dos eleitos em 1998 com relação a ocupação de cargos no Executivo do período de 2003 a 2006,

considerando apenas os dados dos reeleitos nas legislaturas apresentadas. Observa-se que os Deputados que ocupam cargo durante a legislatura, mantêm um certo padrão de ocupação de cargos na permanência na vida pública. Pode-se considerar aqui as informações de perfil que são relevantes, como a conexão eleitoral estabelecida e a obtenção de recursos na disputa dos pleitos. Como analisado anteriormente, é característica desses parlamentares alguma independência com relação a partidos políticos, tendo recursos e capital político próprios, buscando as situações partidárias com maior oportunidade e marcados justamente por uma carreira política mais descontínua.

A tabela 11, por sua vez, apresenta uma comparação entre as taxas de reeleição daqueles que ocuparam cargo de 1995 a 2002 com aqueles que não ocuparam cargo no mesmo período. O percentual foi calculado considerando os candidatos a reeleição naquele pleito. Observa-se que a taxa de reeleição dos deputados que ocuparam cargos é ligeiramente menor do que aqueles que não ocuparam, mostrando que não há conexão direta entre o capital político adquirido com a ocupação de cargos e a reeleição. Observa-se que o fato de o parlamentar ter tido uma experiência no executivo não se converteu em resultado eleitoral necessariamente.

Tabela 12 - Trajetória de ocupação de cargos no Executivo dos Deputados Federais eleitos em 1998 reeleitos em 2002.

	Reeleitos em	
	2002	%
Ocuparam cargo em 1 legislatura	37	60%
Ocuparam cargo em 2 legislaturas	7	11%

Fonte: Base de dados própria elaborada com informações do site da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral.

Considerando as informações levantadas e o estudo da bibliografia existente, não é possível afirmar categoricamente que existe uma ambição extra-legislativa definitiva nas trajetórias dos deputados federais. Existe um

grupo de parlamentares que trazem como característica a ocupação de cargos no Executivo, mas isso não caracteriza todo o corpo parlamentar e não se pode concluir que seria uma característica intrínseca ao legislativo brasileiro. Os cargos no executivo são enxergados sim como oportunidade de agregação de capital político, mas não são tomados em detrimento dos postos no legislativo.

5. CONCLUSÃO

Analisando as informações levantadas e o enquadramento teórico do debate de carreiras parlamentares no Brasil, tem-se um quadro de divergências no que tange o conceito de ambição política. Além disso, a complexidade do cenário político brasileiro, seja institucionalmente pela organização do sistema político e eleitoral ou pelo momento histórico em que se situa nossa democracia, fica difícil traçar categoricamente um padrão de carreira para os Deputados Federais.

No entanto, observam-se algumas características comuns e alguns cenários políticos específicos que explicariam, mesmo que parcialmente, a alternância de cargos entre o Executivo e o Legislativo brasileiro. Não é possível afirmar de forma definitiva que há uma característica de ambição extra-legislativa no corpo legislativo brasileiro. Isso porque a linha temporal de análise ainda é curta, devido ao período de transição democrática que caracteriza a política brasileira e que ainda é um momento de adaptação dos parlamentares e de amadurecimento das instituições do país.

A renúncia aos cargos na Câmara dos Deputados não é um fenômeno de grande magnitude a ponto de impactar nos índices de reapresentação e reeleição no legislativo federal. Algumas características de perfil mostram-se relevantes na trajetória dos parlamentares que ocupam cargos no Executivo, como o ingresso na carreira política e mudança de legenda, que indica carreiras mais individuais, com independência de partidos políticos na agregação de capital político e descontínuas em sua trajetória.

Além disso, há também a filiação partidária e situação com relação ao Executivo estadual e federal, que impacta na oferta de oportunidades fora do legislativo. Essa ampliação nas possibilidades políticas adequa-se a explicação histórica do momento em que se encontra a democracia brasileira, no qual há

novas possibilidades de ocupação de cargos, que antes eram restritas para esses atores (SANTOS, 2012).

Apesar da ocorrência da alternância de cargos entre as duas esferas, as taxas de reapresentação e reeleição no Brasil permanecem altas, o que indica o interesse na permanência e construção de carreiras dentro da Câmara dos Deputados. A heurística decisória, no entanto, contempla uma série de variáveis no cálculo de utilidade do parlamentar, que vai desde as oportunidades oferecidas pelo partido, os recursos e custos a serem alocados nas disputas eleitorais e a situação partidária do parlamentar com relação ao Executivo, considerando as especificidades de cada pleito e da atuação eleitoral do Presidente da República. Ainda assim, observa-se pela análise dos dados levantados que a ocupação de cargos no Executivo não expressa uma vantagem competitiva direta nos pleitos eleitorais. As taxas de reeleição daqueles que não ocuparam cargos são próximas e até ligeiramente maiores dos que ocuparam cargos.

Sendo assim, considerando o sistema político brasileiro, o contexto histórico que a democracia do país atravessa e as variáveis de perfil dos Deputados Federais, não seria adequada uma afirmação categórica sobre padrão de trajetória no contexto brasileiro. É possível, no entanto, perceber as características em comum daqueles que ocupam cargos no Executivo, sendo necessário, porém, acompanhar mais em longo prazo, em pleitos posteriores, a recorrência ou não desse fenômeno.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry. *The Deadlock of Democracy in Brazil: Interests, Identities and Institutions in Comparative Perspective*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2000.

BORGES, André. *The political consequences of center-led redistribution in Brazilian federalism: The Fall of Subnational Party Machines*. *Latin American Research Review*, Vol. 46, No3, 2011.

BOURDOUKAN, Adla Y. *Trajetórias de Carreira e Arenas Políticas*. 5º Encontro da ABCP. Belo Horizonte, 2006.

CARVALHO, Nelson R. E no Início eram as Bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

COSTA, L. D e CODATO, A. "Competição e profissionalização política: as eleições para deputado federal no Brasil em 2010". Working papers/textos para discussão do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil. Vol 1, nº 6, 2012.

FIGUEIREDO, Argelina C. E LIMONGI, Fernando. "Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional". Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. Opinião Pública, Campinas, v.9, n.1, 2003, p.44-67.

MAINWARING, Scott. "Multipartidarism, Robust Federalism and Presidentialism in Brazil", in S. Mainwaring e M. S. Shugart (eds.), Presidentialism and Democracy in Latin America. New York: Cambridge University Press, 1997.

MARENCO, André e SERNA, Miguel. "Por que as carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.22, n.64, p. 93-113, 2007.

MARENCO, André. "Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]". Tese de doutoramento defendida no Departamento de Ciência Política da UFRGS, 2000.

MARENCO, André. "Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: Tendências e descompassos". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.16, n.45, 2001, p. 69-83.

PEGURIER, Fabiano. "Political careers and the chamber of deputies in Brazil". Revista Ibero-americana de Estudos Legislativos, n.2: 39-57, 2012.

PEREIRA, C. e MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Dados; 46, 4, p.735-771, 2003.

PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lúcio. "O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil". Revista de Economia Política, vol.27, nº 4, 2007, (108): 664-683.

SAMUELS, David. Ambition and competition: Explaining Legislative turnover in Brazil. Legislative Studies Quarterly, v.25, n.3, 2000, p.481-497.

SAMUELS, David. "The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and congressional elections in Brazil". Ambition, federalism and legislative politics in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. "Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai". *Teoria e Sociedade*, n.16: 130-155, 2008.

SANTOS, Fabiano. Câmara dos Deputados e estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. *Cadernos Aslegis*, Brasília, (40), maio-ago. 2010, p.109-126.

SCHLESINGER, Joseph A. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Randy McNally, 1966.

7. Anexo

7.1. Detalhamento das variáveis

Para melhor entendimento do levantamento e análises realizados no presente trabalho, segue abaixo detalhamento e explicações adicionais sobre as variáveis levantadas.

A) Nome

Descrição: Nome completo do Deputado Federal

B) Categorias ocupacionais

Descrição: levou-se em consideração a primeira formação universitária e exercício efetivo da profissão. No caso de deputados que se formaram em determinada área, mas não exerceram a profissão, considerou-se o exercício profissional efetivo (ex. advogados que são donos de empresas rurais ou urbanas).

Empresários

01 - Empresários urbanos

02 -Empresários rurais

03 - Empresários “mistos” (urbanos e rurais)

Profissões de nível superior

11 - Advogados

12 - Médicos

13 - Dentistas

14 - Engenheiros

15 - Administradores

16 - Economistas

17 – Comunicação Social (jornalistas, comunicadores de rádio/TV, publicitários, etc.)

18 – Outros profissionais de nível superior

Administração Pública

20 – Altos funcionários do governo federal

21 – Altos funcionários do governo estadual

22 – Altos funcionários de governo local

OBS: códigos 20, 21 e 22 referem-se a deputados que exercem ou exerceram, majoritariamente, a carreira em funções públicas, ocupando cargos do alto escalão em secretarias de governo, diretorias de autarquias, fundações e empresas estatais.

23 – Baixo e médio funcionalismo público (ocupantes de função pública e/ou funcionários públicos concursados sem passagem pelo alto escalão)

Professores

31 - Professores universitários

32 - Outros professores

Trabalhadores rurais e urbanos

41 - Empregados não manuais em serviços

42 - Trabalhadores industriais qualificados

43 - Lavradores e trabalhadores rurais

Outros

51 - Pastores e padres

52 - "Políticos"

53 - Sindicalistas

54 - Movimentos sociais / militância política (líderes estudantis ou com participação ativa em outros movimentos sociais ou militância nos partidos políticos)

55 - Outros (demais ocupações não listadas)

C) Grau de escolarização

Descrição: Nível de escolaridade do deputado considerando a classificação abaixo.

1- Superior + pós-graduação

2 - Superior

3 - Superior incompleto

4 - Médio

5 - Curso técnico

6 - Médio incompleto

D) Cargo de ingresso na carreira política

Descrição: essa variável busca indicar o início da carreira do parlamentar na vida política. Não corresponde exclusivamente aos cargos eletivos, mas sim ao início da carreira do parlamentar na vida pública, seja por cargos eletivos ou pela Administração Pública ou por militância (participação em movimentos sociais ou atividade partidária).

Cargos locais eletivos

01 - Vereador

02 - Prefeito / vice-prefeito

Cargos estaduais e federais eletivos

10 - Deputado estadual

11 - Governador / vice-governador

12 - Deputado federal

13 - Senador da República

Administração pública

20 - Alto escalão da administração federal direta (ministro, secretário, superintendente, etc.)

21 - Alto escalão da administração estadual direta (secretário, superintendente, diretor de órgão público)

22 - Alto escalão da administração municipal direta

23 - Diretoria de empresas estatais, bancos e autarquias federais

24 - Diretoria de empresas estatais, bancos e autarquias estaduais

25 - Diretoria de empresas estatais, bancos e autarquias locais

Outros

51 - Militância política

E) Cargo de ingresso na carreira eletiva

Descrição: aqui foi indicado o 1º cargo para o qual o deputado foi eleito.

Cargos locais eletivos

01 – Vereador

02 - Prefeito / vice-prefeito

Cargos estaduais e federais eletivos

10 - Deputado estadual

11 - Governador / vice-governador

12 – Deputado federal

13 - Senador da República

F) Partido de ingresso na carreira política

Descrição: indica a 1ª filiação partidária do parlamentar.

OBS: no caso de parlamentares que iniciaram a carreira antes do período militar, foi indicada a filiação posterior a 1964.

G) Filiação partidária atual

Descrição: Filiação partidária atual do parlamentar (2013).

H) Número de filiações partidárias ao longo da carreira

Descrição: Número de vezes em que o deputado mudou de legenda.

I) Ocupação de cargos no Executivo

Descrição: indica a ocupação de cargos no Executivo local, estadual ou federal de 1995-1998, 1999-2002 e 2003-2006.